AS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E A FILOSOFIA DA CONSCIÊNCIA

THE EXPERIENCES OF PARTICIPATION AND PHILOSOPHY OF CONSCIOUSNESS

APOLO ANTUNES FILHO

Mestrando em Direito – UNIMEP. Email:
apoloantunesfilho@hotmail.com

EVERALDO TADEU QUILICI GONZALEZ

Docente da Universidade Metodista de Piracicaba, Professor da Pós-graduação em Direito no núcleo de Estudo em Direitos Fundamentais e da Cidadania. Email: equilici@unimep.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é elucidar a relação que a filosofia da consciência guarda com as formas de organização e representação para além da fenomenologia. Para tanto, a abordagem histórica irá assumir lugar de destaque e as concepções a respeito do tema estão baseadas na participação do homem na ordem do ser. A hierarquia das relações sociais depende da capacidade consciente de apreender a ordem do ser, que é transcendental. Por isso, a pesquisa se justifica quando da apreciação de fatos históricos inerentes aos indivíduos com o objetivo de esclarecer a dinâmica social baseada no conteúdo do ser. Assim, as ramificações da interpretação da realidade precisam, necessariamente, basear-se em materiais históricos que dotam a realidade de conteúdo propedêutico.

Palavras-chave: Ser; Filosofia da Consciência; Organização; Representação.

ABSTRACT: The objective of this paper is to elucidate the relationship that the philosophy of consciousness guard with the forms of organization and representation beyond phenomenology. Therefore, the historical approach will take pride of place and notions on the subject are based on participation in the human order of being. The hierarchy of social relations depends on the conscious ability to grasp the order of being, that is transcendental. Therefore, research is warranted when assessing historical facts related to individuals with the aim of clarifying the social dynamics based on the content being. Thus, the ramifications of interpretation of reality must necessarily be based on historical materials that impart the reality of introductory content.

Keywords: Being; Consciousness Philosophy; Organization; Representation.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objeto de levantar a questão da consciência no âmbito do Direito. As formas de pensar a realidade baseadas em uma filosofia propedêutica de caráter consciente supostamente caíram em desuso. Isso se dá por diversos fatores, sendo alguns deles mais relevantes e outros nem tanto. Portanto, a pergunta que deve nortear este artigo é: a filosofia da consciência ainda guarda algum tipo de relação com o Direito? Diversos autores decretaram a morte da filosofia da consciência. Alguns de forma declarada e outros de maneira residual e conseqüente do seu pensamento. Mas a grande maioria dos pensadores da filosofia contemporânea (Martin Heidegger, Hans Georg Gadamer, Ferdinand de Saussure, Jürgen Habermas, Lenio Luiz Streck e muitos outros) solapou a consciência e baseou sua forma de estabelecimento da realidade em pressupostos hermenêuticos, lingüísticos e de poder.

A luta contra a filosofia da consciência se dá por uma busca de um sistema minimamente formal de linguagem e apreensão da realidade que exclua de plano qualquer tipo alcance consciente do ser. Kant sustenta a tese de que os significados das proposições são determinados pela realidade na qual elas estão inseridas (WARAT, 1995, pg. 28). Heidegger alega que a pesquisa de uma parcela do real deve esforçar-se para assegurar o domínio de seus objetos (Heidegger, 2002, pg. 50). Apenas a título de exemplo, vemos que o pensamento dominante da filosofia tem dificuldades para atingir um grau satisfatório de apreensão da própria realidade. As operações subjetivas foram afastadas do pólo objetivo que as sucede. Daí que é preciso analisar os movimentos da consciência em busca de uma compreensão mais efetiva da realidade. Mas o problema não se concentra apenas na compreensão de um conjunto pré-ordenado de proposições, uma vez que se tem, com freqüência, excluído o caráter subjetivo e dinâmico que permeia as relações que dão fundamento para uma realidade.

Assim, todos os eventos que são frutos de uma composição que se estabelece em algum lugar da mente dos indivíduos foram tidos como sendo impossíveis de serem levados em consideração quando do conhecimento e avaliação da própria realidade. Tudo foi restrito a possibilidades: a história é apenas um reflexo de um composto de linguagem e apreensão. As possibilidades que geraram as próprias possibilidades secundárias não fazem mais parte do arcabouço de investigações sobre uma realidade, ou sobre um estado, ou sobre um governo ou sobre uma forma de representação.

A incoerência em formas de representação pode ser tomada a título de exemplo. Na verdade, esse deve ser um pressuposto básico de qualquer estudo sério sobre ciência política: a restauração das experiências primárias que deram fundamento para a realidade deve ser o objetivo da análise do real (Henriques, 2000, pg. 76). A coerência entre a verdade da sociedade e a verdade imanente que deu origem a ela precisa ser examinada. Isso se dá apenas através da filosofia da consciência, onde a concretização de uma realidade através de suas instituições assume o caráter central e motivador das demais experiências noéticas que irão atingir a transcendência. Portanto, a auto-interpretação da realidade através dos símbolos que a integram passa a ser de real importância.

Nessa altura da investigação, o maior problema a se combater é a auto-criação de uma realidade secundária que as sociedades acabam tendo por estrutura. Por isso, a questão da criação de uma ordem da realidade é tão grave: a criação do real pode percorrer dois caminhos: i) deixar a consciência cuidar da erupção da verdade através da participação na ordem do ser ou ii) perverter a verdade em uma segunda realidade absoluta que seja capaz de divinizar o homem e lhe dar os subsídios necessários para a sua completa concepção do ser. Em ambos os casos, a questão se torna crítica quando do reconhecimento de que nenhum tipo de realidade pode ser desconstruída. Esse aspecto não é meramente especulativo e se funda no fato de que qualquer forma de estabelecimento da realidade precisa carregar um conteúdo ideológico mínimo sem o qual a sua existência pode ser absorvida por degradações sociais, econômicas ou militares. Assim, uma realidade pode passar por diversas crises, mas irá assumir a mesma forma anterior se nada em sua substância for alterado (Voegelin, 1999, pg. 113).

Em todo caso, a ordem de uma realidade nasce da investigação a respeito do ser, sendo a resposta encontrada em símbolos que dão diretrizes para o estabelecimento da realidade imanente através de um certo tipo de criação de linguagem e representação social. Portanto, as possibilidades são novamente o centro do problema: como garantir que uma possibilidade que é tida como verdade não caia no vasto mar dos fenômenos históricos e sociais? Por outro lado, como prevenir uma realidade contra a desordem conceitual e fenomênica? Essas questões simplesmente foram esquecidas por séculos de produção de conhecimento. Centenas de páginas foram escritas com o objetivo de dotar a realidade de capacidade autônoma e o acesso ao ser a partir de qualquer tipo de capacidade cognitiva e pessoal foi tido como irrelevante. A insatisfação dos indivíduos com relação aos símbolos que formam a realidade não é nem considerada nessa altura das condições. Os símbolos foram

assumindo um papel central na apreensão do ser e as experiências que deram origem e substância a essas formas de reconhecimento foram perdidas de vista. Porém, o fato de que os símbolos são apenas as bases de uma realidade e não ela própria foi deixado de lado e substituído por uma quantidade incomensurável de outros símbolos que afastaram definitivamente o objetivo histórico: esclarecer o consciente humano impregnado nos símbolos. Por isso, o fundamento do ser, que é inalcançável por definição, também passou a não ser mais investigado e as premissas foram aceitas em sua forma primária como sendo realmente fundadoras da verdade.

É certo que a obsessão pela verdade acabou por nortear quase sempre a filosofia e suas investigações. Mas clausular o ser em aspectos temporais e possibilidades restritas não é a saída para o drama histórico no qual o homem está inserido (Henriques, 2000, pg. 88). Por isso, a importância das experiências que fazem a ligação entre o ser e a realidade assume um papel fundamental nesse tipo de pesquisa. É como se houvesse uma necessidade entre a realidade e os fundamentos do ser, sendo a constituição e formação da história uma resposta simbólica para as exigências da experiência do ser. Justamente por isso, o processo de criação da realidade passa por avanços e retrocessos, tudo isso porque a história não pode ser contada, mas deve ser experimentada. Nesse sentido, a história não se desenvolve de maneira linear e estática: antes, o ponto de partida muitas vezes pode se perder em um conjunto complexo de símbolos, mas as experiências mediativas que deram origem e fundamento para os ditos símbolos precisam ser encontradas em suas formas originais. Aqui não se fala em aspectos temporais que estejam limitados ao caráter impessoal que a realidade assume quando da sua observância a partir de um ponto neutro fundado em características meramente lingüísticas. Antes, a prerrogativa que se estabelece é justamente a investigação dos conteúdos reais em uma sociedade real a partir de indivíduos reais.

PARA ALÉM DA FENOMENOLOGIA

Entre as maiores dificuldades sobre esse assunto, está o fato de que as experiências básicas que comumente dão subsídio para uma fundamentação da realidade geralmente não se concretizam como sendo objetos de estudos relevantes. Não há uma explicação relativamente concreta a respeito dessa ruptura entre a realidade baseada em uma apreensão consciente do ser e a alegação de que a realidade possui uma estrutura independente de desenvolvimento que foge do subjetivismo da consciência. A superfície que está por trás das experiências pode até fazer parte da busca fenomenológica sobre a fundamentação do ser, mas nem sempre a

coisa observada preserva um grau aceitável das características primárias que a constituíram. Esse aspecto torna crítico o pensamento da realidade com base em concepções estritamente fenomênicas, uma vez que somente uma apreensão essencial do ser pode possibilitar a perfeita observação da coisa observada.

A realidade velada não se constitui em uma incapacidade cognitiva do observador. Antes, a verdade deve ser buscada através do procedimento no qual a verdade imanente que transcende o indivíduo passa a ser buscada a partir de desvios dos objetos intra-mundanos (Henriques, 2000, pg. 104). A busca por experiências centradas e restritas nos objetos se torna residual quando não observa a transcendência necessária em um fluxo temporal. Sobre a questão do tempo, cabe esclarecer que não podemos realmente dizer que o tempo pode ser dominado ou totalmente estabelecido. Aqui, uma carga de ideologias está novamente em questão. Quando falamos sobre o tempo, necessariamente precisamos estabelecer alguns aspectos nos quais a dinâmica da história se desenvolve. Assim, a percepção da realidade faz parte de uma complexa estrutura que se desenrola sempre em aspectos de criação e adaptação. Precisamos entender que os atos criadores de qualquer natureza passam, necessariamente, pela ferramenta de ligação entre o ser a realidade que é a consciência. Assim, se um acontecimento que ainda gerar em alguma realidade a necessidade ou possibilidade de transformação, temos o tempo como sendo o fator variante e não meramente condicionante para aquele momento histórico.

Portanto, temos aqui um dos principais fatores que permeiam o problema dos fenômenos: a perda da percepção da realidade. Assim, a espera por uma fundamentação consciente baseada apenas em pressupostos sensoriais e relativistas pode estar muito longe de ter êxito em clarificar a realidade. O problema se concentra justamente na objetividade que é buscada e com isso não são levadas em consideração as experiências e tensões simbólicas que equivalem a um certo tipo de transcendência em menor escala. A erosão causada pela fenomenologia toma enormes proporções quando se leva em conta o fato de que o ser não pode ser apreendido com a mesma facilidade de quem tira sangue de um paciente. Os símbolos, que muitas vezes guardam uma carga muito grande de conteúdo relevante, são deixados de lado e suplantados por uma concepção minimalista do que seja realmente o fundamento do ser. Assim, nos termos da filosofia da consciência, o aspecto da auto-intepretação se torna um dos principais remédios contra a desordem espiritual que pode assolar uma realidade (Voegelin, 2008, pg. 99).

“Pensamos a vigência, como a duração daquilo que, tendo chegado a desencobrir-se, assim perdura e permanece” (Heidegger, 2002, pg. 43). As palavras de Heidegger são taxativas em esclarecer seu postulado a respeito da permanência e vigência após um desencobrir-se. Como isso pode ser feito? Novamente nos deparamos com dificuldades. A presença se torna problemática quando levamos em consideração que um desencobrir-se torna a realidade capaz apenas de velar-se novamente quando o sujeito receptor daquela verdade tem autoconsciência da suposta presença que ele tem à sua disposição. Chegamos até a pensar que o homem acaba sendo um espectador auto-suficiente que está inserido em uma realidade dada e pronta. Contudo, o homem é um ator que está participando do drama do ser (Voegelin, 2009, pg. 45). No centro da experiência da presença, torna-se conflitante a alegação da vigência enquanto duração de algo que se descobriu. Os esquemas onde o sujeito da questão é tido como não participante da tensão existencial tornam absurdos os conceitos a respeito dos objetos que, inversamente do que se esperava, dão subsídios ao sujeito, e não o contrário:

“Não há um “homem” que participa do “ser” como se este fosse um empreendimento de que ele poderia muito bem não participar; há antes um “algo”, uma parte do ser, capaz de experimentar-se como tal, e capaz, além disso, de usar a linguagem e de chamar essa consciência que tem a experiência pelo nome de “homem”” (Voegelin, 2009, pg. 46).

A passagem deixa claro que a possibilidade de desvelamento baseada em pressupostos estritamente objetivos ofende a integridade da consciência e faz uso de uma resposta indireta sobre um tema que não se consegue debater de forma direta e clara. Por isso, deve ficar evidente nesta altura da pesquisa que somente uma observação que é fruto de uma capacidade consciente pode solucionar a dicotomia entre o ser velado e o desencobrir-se. Assim como demonstrou Platão, as estruturas de uma composição existem apenas em uma ordem transcendente e um certo tipo de colapso consciente provoca a manifestação daquilo que deriva de um ato de observação. Aqui fica claro a dicotomia entre o pensamento fenomenológico que estabelece apenas a dedução disso/aquilo em continuidade causal (Goswami, 2011, pg. 106).

“Teoria do conhecimento exprime a incapacidade fundamental e crescente da metafísica moderna de saber de seu

próprio vigor e fundamento. Falar de uma metafísica do conhecimento incorre no mesmo equívoco. Trata-se, na verdade, de uma metafísica do objeto, ou seja, dos entes enquanto objetos, objetos para um sujeito” (Heidegger, 2002, pg. 65).

Mais uma vez e dialeticamente, nos opomos às concepções da fenomenologia fundada em Heidegger. Não podemos partir do pressuposto de que a consciência é apenas um epifenômeno da matéria, sendo impossível que ela atue sobre a própria matéria de uma realidade imanente. Assim, podemos alegar que a consciência é fundamental nesse aspecto do problema. Não estamos falando aqui apenas de uma consciência meramente cognitiva que venha a expressar somente capacidades neurofisiológicas, mas nos remetemos à consciência que baseia toda a filosofia da consciência: uma consciência capaz de optar: optar por superposições que permanecem no campo da transcendência e que passam a fazer parte da realidade imanente quando a própria consciência, através da observação e do salto no ser a partir da experiência com a realidade, escolhe uma entre as muitas possibilidades existentes (Goswami, 2011, pg. 109).

As possibilidades assumem aqui o caráter temporal. Não que isso queira dizer que o tempo se torna novamente o limite das próprias possibilidades, mas o ato criativo, o salto no ser voegeliano, dota as possibilidades de capacidade de aquisição por parte da consciência. Portanto, duas forças estão em vigência: a capacidade criativa do indivíduo que se estabelece de acordo com as possibilidades conscientes que assumem formas primeiras de estabelecimento da realidade e a capacidade transcendente do próprio ser, que se faz alcançar. Em outras palavras, a consciência precisa necessariamente optar entre as possibilidades do ser e esse ato supera a percepção intra-mundana. Aqui, uma armadilha pode ter se formado: de que maneira podemos nos livrar de uma realidade concebida apenas a partir dos fenômenos? A resposta se encontra justamente nas possibilidades. Mas enquanto elas forem analisadas e tidas como formas estáticas de proposições, nada irá mudar. A partir da idéia de que as possibilidades podem e devem ser extrapoladas por um salto no ser, percebemos que a consciência opera fora do mundo imanente material, sendo transcendente.

Nesse tipo de investigação as coisas ganham proporções enormes. A questão do “eu” se torna uma barreira. Em qualquer situação, o homem precisa ser estudado a partir de sua realidade primária: a realidade política na qual está inserido. Apesar de ser uma afirmação simples, o seu conteúdo não é. Por isso, a simples experiência a partir de objetos estabelecidos

não explica a riqueza de detalhes e possibilidades que a existência humana pode apresentar. Em uma entrevista concedida por Martin Heidegger à revista alemã Der Spiegel em 23 de Setembro de 1966 e publicada no número 23/197611, Heidegger esclarece a sua própria insegurança com relação à contribuição de sua filosofia para a realidade.

DER SPIEGEL: Compreendemos muito bem. Mas como, dentro de 300 anos, nós já não estaremos vivos, e, pelo contrário, vivemos aqui e agora, está-nos vedado calar-nos. Nós, políticos, meio-políticos, cidadãos de um Estado, jornalistas, etc., temos constantemente que tomar decisões, sejam elas quais forem. Temos que tomar posição face ao sistema em que vivemos, temos que procurar modificá-lo, temos que tentar vislumbrar o exíguo acesso a uma reforma, ou o ainda mais exíguo a uma revolução. Dos filósofos esperamos ajuda, ainda que esta seja, como é natural, indirecta, ajuda por caminhos transversos. Ora o que ouvimos é: eu não posso ajudar-vos!

M.H.: E é verdade que não posso.

DER SPIEGEL: Isso tem que ser desanimador para quem não é filósofo.

M.H.: Não posso, porque as questões são tão difíceis que seria contrário ao sentido esta missão do pensar o começar simultaneamente a predicar e a emitir valorações morais. talvez se possa aventurar o seguinte: ao mistério da superpotência planetária da essência impensada da técnica moderna responde a provisoriedade e a insignificância do pensar, que procura reflectir sobre este impensado.

DER SPIEGEL: Não se considera entre aqueles que, se ao menos fossem escutados, poderiam indicar um caminho?

M.H.: Não! Eu não conheço nenhuma via de alteração imediata da situação mundial actual, se é que tal modificação é humanamente possível. Mas parece-me que este ensaio de pensar poderia despertar, esclarecer e assegurar o já mencionado “estar disposto”.

DER SPIEGEL: A única resposta clara que o pensador pode e deve dar é, então: “aguardai, que dentro de um prazo de 300 anos algo se nos há-de ocorrer”?

M.H.: Não se trata apenas de esperar até que, de aqui a 300 anos, o homem chegue a descobrir algo. Trata-se antes de pensar de antemão (vordenken) os tempos que hão-de vir, sem pretensões de profecia, a partir das linhas fundamentais e quase impensadas da era actual. O pensar não é inactividade; é ele mesmo o agir (Handeln) que, em si mesmo, está em diálogo com o destino do mundo (Weltgeschick). A mim parece-me que a distinção entre teoria e praxis, de proveniência metafísica, e a representação de uma transmissão entre ambas destroçam o caminho que conduz àquilo que eu entendo como pensar. Se me permitem, remeteria aqui para um dos meus cursos, publicado em 1954 com o título O que significa pensar. Talvez também seja signo do nosso tempo o facto de que, entre todos os meus escritos, seja este o que é menos lido.

É como se um buraco entre a realidade imanente e o ser tivesse sido cavado. O desprezo pela experiência da realidade pressupõe um empobrecimento espiritual muito grande. A ciência política contemporânea foi se esvaindo por negar que perguntas fundamentais sobre a existência do homem fossem feitas. Respostas ilusórias e procedimentos de fuga tornaram a realidade totalmente desprovida de seu carácter motivador inicial e muito pouco ou quase nada tem se estudado a respeito de temas como a representação política e imanência, a liberdade de expressão e os impactos na sociedade, as formas de estabelecimento de poder através da massificação, a decadência conceitual e espiritual das formas sociais de organização etc. Ora, fenomenologia se demonstra insuficiente quando exclui a vontade individual em desvelar o ser. Isolar a realidade e presumir ser possível dar uma nova significação ao ser é impossível na medida em que a realidade é um conjunto de fatos que, certos ou errados, constituem a base da apreensão do ser. A construção histórica da realidade é a construção do próprio ser. “Enquanto o pensar for reduzido à produção de idéias acerca de uma realidade exterior ao sujeito, não é possível conceber a participação da consciência no ser, que através dela se manifesta.

TEORIA DA HISTÓRIA

Necessário se faz estabelecer uma relação entre as formas de representação e a ordem da consciência.

“For consciousness is not a given to be deduced from outside but na experience of participation in the ground of being whose logos has to be brought to clarity through the meditative exegesis of itself.

Consciousness is the luminous center radiating the concrete order of human existence into society and history. A philosophy of politics is empirical-in the pregnant sense of an inquiry into the experiences which penetrate the whole area of reality that we express by the symbol "man" with their order. The work of this philosophy requires, as we said, the Constant exchange between studies on concrete cases of order and analyses of consciousness which make the human order in society and history intelligible” (The Beginning and the beyond, pg. 36)

Uma premissa inicial que deve ser esclarecida é o fato de que a consciência estabelece a realidade a partir de experiências de tensão. Isso se dá com a produção dos símbolos que permitem ao homem a construção progressiva ou regressiva da realidade. É claro que, nessa situação, a apreciação da tensão existência pelo homem se torna muitas vezes residual, mas é justamente esse aspecto que dota os fatos históricos de importância. Não seria possível estabelecer uma cognição a respeito do ser sem um mínimo de linguagem ou de experiência conceitual. Isso porque as experiências que devem nortear os indivíduos em suas experiências geralmente produzem símbolos diferenciadores quando fazem parte de um novo conjunto de experiências. Daí que as possibilidades transcendentais ao indivíduo assumem o caráter motivador. Assim, a aceitação de que uma realidade se constrói apenas por conveniência ou por instrumentos de poder coloca a ciência política em um declínio conceitual. A ciência política atual caracteriza o homem como sendo um sujeito separado da ordem do ser, como se fosse uma substância solitária. Mas a fenomenologia não responde a pergunta: porque a organização humana assume a forma e as características de uma sociedade política? Essa formulação se dá, em parte, para responder outra pergunta mais antiga: como estabelecer uma ordem social a partir de indivíduos que se manifestam apenas a partir de desejos individuais? Percebemos que um certo tipo de equilíbrio precisa ser criado.

Devemos considerar que, para um movimento ou ordem política ganhar institucionalização, as faculdades pessoais são de extrema aplicabilidade, sendo que a ação direta entre as pessoas se torna a própria ação da sociedade, o ato é sempre o elemento constitutivo. (Henriques, 2000, pg. 307). A unidade de existência de um grupo de indivíduos pode ter vários nomes: constituição, lei fundamental, estado etc, mas representação da realidade precisa ser constituída com a totalidade da participação de todos os envolvidos na empreitada. Assim, a ordem do ser precisa se manifesta no mundo real e isso se dá através da institucionalização política. O contato com a historiografia pode nos dar uma direção e o novo irá se desvelar não como uma seqüência já estabelecida de acontecimentos, mas como a participação da consciência humana através das experiências motivadoras. Em graus muito elevados de auto-interpretação, a realidade pode ser totalmente fragmentada sem que seja inteligível ao mesmo tempo. Isso acontece quando os esforços despendidos na análise da realidade se concentram apenas em informações residuais como a massificação, linguagem, interpretação etc. Quando a participação histórica é negligenciada, a realidade se fecha. Este caminho tortuoso registra a marca deixada pelo homem na historia, mas a marcas se tornam relevantes quando fazem parte de acontecimentos que ultrapassam a capacidade humana e se inserem na ordem do ser.

O progresso linear no tempo baseado em um tipo de gnose do ser deve ser afastado. A produção dos símbolos poderá dar as diretrizes de organização imanente e participação na ordem do ser. Isso exige uma abertura na alma por parte do sujeito que se estabelece entre a realidade e a imanência do ser: “o que acontece na história é o próprio processo da consciência a diferenciar-se e que a constitui” (Voegelin, 2009, pg. 332). Por isso, as dimensões fechadas da história precisam ganhar novas formulações. Enquanto a realidade for analisada com base em acontecimentos históricos que estabeleceram uma realidade que não guarda relação com a análise da realidade atual a visão histórica ainda será obscura. Até certo ponto, todas as concepções da realidade são válidas, uma vez que a condição do ser, na qual qualquer sociedade está inserida, está sempre fixada na existência do homem. Contudo, as formas de articulação acabam tendo maior ou menor desenvolvimento na estrutura de simbolização e a diferenciação nas estruturas dos símbolos acaba sendo diametralmente diferente.

Mas também há um preço a ser pago: sempre que uma realidade se estabelece em forma de sociedade, dois aspectos podem acontecer: i) aquele início pode não ser de fato um início, resultando no regresso da percepção do ser e, conseqüentemente, apagando conquistas

simbólicas reais; ii) “atalhos”, retornos ou conversões ideológicas podem acontecer na medida em que a simbolização da verdade pode ficar em segundo plano na fundamentação da realidade imanente:

“A seleção tem de seguir a seleção feita pela própria história. A linha histórica de significado se desenvolve como uma corda transpondo o abismo no qual mergulha tudo aquilo que não consegue se firmar na corda” (VOEGELIN, 1987, pg. 150).

A concepção da realidade extrapola a capacidade finita que o homem tem de se estabelecer enquanto observador externo de um acontecimento, sendo que os acontecimentos históricos somente são reconhecíveis ao homem de acordo com a experiência do presente. Se entendermos o direito como sendo uma forma simbólica de organização, conseqüentemente o entenderemos como sendo portador de uma substância e a imperfeição dessa simbolização está intimamente ligada com a finitude de sua própria existência. Nesse sentido, a crise do positivismo na contemporaneidade deixa de analisar alguns fatores determinantes sobre as formas simbólicas estruturantes do próprio direito: quando a fonte de significado se afasta da experiência motivadora daquela forma de estabelecimento de significado, o símbolo entrará em desordem. Nesse estágio, a história precisa ser encarada como uma forma de manifestação do pensamento do homem que adquire forma simbólica enquanto a institucionalização dessa manifestação se torna os tipos de ordem existentes. Podemos perceber, mesmo que de maneira sucinta, que os fatos acima delineados não são uma utopia e demonstram a conturbação social experimentada na busca pela apreensão do ser. Depois das sociedades que tiveram o seu desenvolvimento de forma tribal, vemos a sociedades cosmológicas como exemplos do desenvolvimento simbólico na medida da *methexis* do ser. As sociedades da mesopotâmia se desenvolviam de forma exatamente análoga ao cosmos, sendo que toda a sua estrutura e organização fazia referência às formas de movimentação celeste. Mas um problema experiencial acabou por desestabilizar toda essa estrutura: a finitude do homem (HOGAN, 2009, pg. 45).

Os eventos históricos precisam ser esclarecidos a partir das experiências do ser que estão no campo dos acontecimentos reais. Nesse caso, a ordem do ser precisa passar dos sujeitos para a ordem institucional e as experiências pessoais de transcendência assumem o aspecto organizacional. Agora, podemos alegar que não há como desvelar o ser sem os sujeitos e objetos. Por isso, a história não pode ser analisada como um conjunto único e

dotado de significado coerente: antes, a participação no ser exige que novas formas de simbolização dêem lugar a formas mais sofisticadas de participação e, conseqüentemente, formas mais elaboradas ordem públicas. Enquanto fenômenos a serem analisados, a história e a participação do sujeito na ordem do ser se tornam elementos inseparáveis.

“Esta livre diferenciação no decurso do tempo permite distinguir entre dimensão física e duração. Apesar de o universo astrofísico ultrapassar de modo gigantesco a duração da vida humana, o tempo não é a medida da duração nem o processo histórico se restringe à dimensão cronológica. A *anamnêsi* mostra o tempo cósmico como um processo no ser. São os surtos de ordem que permitem medir os acontecimentos, de acordo com um *antes* e um *depois*, e que permitem traçar linhas vivas de sentido na história. A consciência de que presente, passado e futuro pertencem a uma realidade interina, emerge da mente do homem que se libertou da subordinação do ser ao tempo. Se a experiência for genuína, a dimensão existencial converte-se em cognitiva e o progresso existencial em consciência epocal, surgindo a história como índice noético do ser no tempo” (Henriques, 2000, pg. 343).

Assim, podemos alegar que a filosofia da consciência ainda pode influenciar as concepções da realidade. O esforço do homem em participar da ordem do ser é fundamental e determinando. Sem esse esforço, a dimensão social iria se esgotar em um mero ato de cognição isolado e o real não seria real. Na ordem social, a inquietude pessoal irá dar vazão à uma realidade mais ampla e não inerente apenas ao indivíduo.

CONCLUSÃO

Cada realidade do ser faz um apelo ao homem, e cabe a ele aceitar ou não a esse apelo. O apelo, sendo aceito ou não, irá desvelar o ser em forma de instituições. A diferença reside justamente na forma dessas instituições. A realidade contemporânea irá se descobrir de acordo com o grau de participação individual e social na ordem do ser. Este artigo partiu da necessidade de se esclarecer que o sentido da história guarda intimas relações com o mistério da existência do homem.

O perigo da investigação se concentra na possibilidade de uma realidade ter sua substância exaurida e sua razão perdida. Os rompimentos capazes de destruírem qualquer autoridade política se tornarão ineficazes se não houver uma resposta dos integrantes daquela realidade. O direito faz parte das nossas obsessões e não poderíamos deixar de acreditar que o direito exerce um papel fundamental no estabelecimento de qualquer realidade. Estabelecer uma realidade é, antes de tudo, um ato de criação e é justamente por isso que o direito entra em contraste com a realidade, pois não conseguimos conceber qualquer organização que não seja dotada de um mínimo de regras de conduta preestabelecidas. Precisamos sempre ter a história como motor de nossos atos e isso não é meramente especulativo. Grandes revoluções não tiveram êxito por excluírem o homem subjetivo do plano da realidade. O mundo real no qual nos encontramos está eivado de sentidos e realidades, mas ainda há lugar para a esperança. Ainda há lugar para a formação de um direito baseado nas concepções reais que os seus criadores e aplicadores devem ter. Ainda há lugar para a função crítica do pensamento na medida em que o desinteresse pelo futuro tem se tornado o grande mal do nosso século.

Ainda existem grupos de seres humanos que sofrem grande opressão e sofrimento social e político que são baseados na espera de um tempo que não virá sem a participação individual na ordem do ser. Nesse momento, as coisas importam mais que os nomes que elas têm e a luta por um presente empenhando na responsabilidade pessoal ainda está longe do final. Na verdade, temos pouquíssima consciência daquilo que está nos rodeando o tempo todo e, nessas ocasiões, a participação residual na ordem do ser torna um problema a ser superado. A consciência é fundamental nessa quadra do problema, pois os objetos ainda são tidos como superposições antes de serem *escolhidos* por um ato de criatividade. Mas qualquer que seja o ato de criatividade, ele ainda estará restrito a uma série de arquétipos que regulamentam as possibilidades de cada indivíduo. Ao declarar tais limites, vemos que os paradoxos estão presentes, de modo que a pergunta inerente é: de onde vem a certeza? Ora, tal certeza não existe e, se existe, ainda não foi encontrada pelo homem. Mas a busca ainda não terminou e cabe a cada participante na ordem do *ser* o seu empenho e investigação. Trocando em miúdos, a realidade fática é um resultado muito simples daquilo que povoa a mente dos indivíduos e o problema se funda no fato de nem sempre é possível escolher com clareza quais diretrizes de escolha serão seguidas. É impossível falar da criação do direito sem as concepções da consciência que os indivíduos têm de uma realidade. Assim, grande quantidade de coisas imaginárias acaba ocupando indevidamente o lugar na realidade e a validade verdadeira de uma sociedade está fadada à degradação social.

Mas isso tudo não é suficiente para traçar um padrão na criação do direito como tendo sua base em concepções imaginárias, sendo que a análise daquilo que se esconde aos olhos assume um lugar privilegiado em uma investigação acerca do direito. Ou seja, precisamos investigar a auto-compreensão dos indivíduos que resulta da sua autogestão. Assim, o direito tem sido forjado como metal pelos professores das universidades e pelos aplicadores do direito que instituem uma realidade puramente imaginária a respeito da forma com que o direito realmente se aplica.

Por isso a necessidade de se discutir o *consumo* do direito é muito evidente, mas essa discussão precisa assumir as bases da consciência. Este artigo veio demonstrar que a discussão quase inexistente sobre a filosofia da consciência precisa assumir seu lugar nos meios acadêmicos. O objetivo não é destruir o direito, mas, pelo contrário, investigar a produção de sentido que faz do direito o que ele é. É por esses motivos que o direito tem sido usado apenas para a manutenção do poder de classes dominantes que fundam suas formas de criar a realidade em conjuntos de efeitos que tornam a democracia uma ferramenta de produção manipulada da realidade imanente. A sociedade tem se estabelecido a partir de pressupostos de mera conveniência: aquele que conseguir produzir maior quantidade de significação social, independente do seu grau de relação com a verdade, irá garantir a presença inegável do poder. Muito tem se discutido sobre o acesso à justiça, mas, por vezes, as discussões se limitam às concepções lingüísticas e de ordem organizacional dos fenômenos. Como Moisés, a fenomenologia viu a terra prometida, mas não lhe foi permitido entrar.

BIBLIOGRAFIA

- ALPA, G. **I principi generali**. Milano: Giuffrè, 1993, 464p.
- ASCENSÃO, J. O. **O direito: introdução e teoria geral**. 10^a. ed. Coimbra: Almedina, 1999, 666p.
- BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico - Lições de Filosofia do Direito**, tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: RT, 2004.
- ECO, Umberto. **Em que crêem os que não crêem?** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ENGISCH, K. **Introdução ao pensamento jurídico**. 7^a. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 400p.
- FALCÃO, R. B. **Hermenêutica**. São Paulo: Malheiros, 1997, 281p.

FLÓREZ-VALDÉS, J. A. **Los principios generales del derecho y su formulación constitucional**. Madrid: Civitas, 1990.

GOSWAMI, Amit. O universo autoconsciente. São Paulo. Editora Aleph, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*, tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HENRIQUES, Mendo Castro. A filosofia Civil de Eric Voegelin. São Paulo. É Realizações, 2000.

HERVADA, Javier. **Crítica Introdutória ao Direito Natural**. Porto/Portugal: 1996, RESJURIDICA.

HESSE, K. **Derecho constitucional y derecho privado**. Madrid: Civitas, 1995, 88p.

KELSEN, Hans. *A ilusão da justiça* - tradução de Sérgio Tellaroni. São Paulo: 3ª ed. Martins Fontes, 2000.

KELSEN, Hans. *O problema da justiça* - tradução de João Baptista Machado. São Paulo: 3ª ed. Martins Fontes, 1998.

KELSEN, Hans. *O que é justiça?* - tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: 3ª ed. Martins Fontes, 2001.

LAURENCE, Fred. The Beginning and the Beyond. Volume 04.

LOURENÇO, Daniel Henriques. **Voegelin e o Direito**. Rio de Janeiro, 2009.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, 426p.

PIRES DA CUNHA, Rodrigo. **Política e Direito como garantias da constituição**. Itatiba: Berto Editora, 2010.

REALE, Miguel. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SMITH, Wolfgang. **O enigma Quântico**. São Paulo: Vide Editorial, 2011.

TOMÁS, S. **O tratado da Lei**. Porto/Portugal: 2006, RESJURIDICA.

VOEGELIN, Eric. **Reflexões Autobiográficas**. São Paulo: É Realizações, 2008.

VOEGELIN, Eric. **Hitler e os Alemães**. São Paulo: É Realizações, 2008.

VOEGELIN, Eric. **Anamnese** – Da teoria da história e da política. São Paulo: É Realizações, 2009.

VOEGELIN, Eric. Ordem e História, vol. I: **Israel e a Revelação**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

VOEGELIN, Eric. *Ordem e História*, vol. II: **O Mundo da Pólis**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

VOEGELIN, Eric. *Ordem e História*, vol. III: **Platão e Aristóteles**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

VOEGELIN, Eric. *Ordem e História*, vol. IV: **A Era Ecumênica**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

VOEGELIN, Eric. *Ordem e História*, vol. V: **Em Busca da Ordem**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

VOEGELIN, Eric. **Science, Politics, and Gnosticism**. Chicago: Henry Regnery. (Translation of *Wissenschaft, Politik, und Gnosis* by William J. Fitzpatrick, with a Foreword to the American edition.), 1968.

VOEGELIN, Eric. **La Nuova Scienza Política**. Turin: Borla. (Tradução de *The New Science of Politics*, with an introduction by A. Del Noce.), 1968.

VOEGELIN, Eric. **Mito del Mondo Nuovo**. Milan: Rusconi. (Tradução de *Wissenschaft, Politik, und Gnosis* by Arrigo Munari, com uma introdução de Mario Marcolla.), 1970.

VOEGELIN, Eric. **Anamnesis. Notre Dame**, Ind. and London: University of Notre Dame Press. (Translated and edited by Gerhart Niemeyer, with a new Chapter I, "Remembrance of Things Past," para a Edição Americana), 1978.

VOEGELIN, Eric. **Conversations with Eric Voegelin**. Edited by Eric O'Connor. S. J. Montreal: Thomas More Institute. Transcript of four lectures and discussions held in Montreal in 1965, 1967, 1970, and 1976.

WARAT, Luis Alberto. **O Direito e Sua Linguagem**. Porto Alegre: Fabris, 1995.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao Direito: volume I**. Porto Alegre: Fabris, 1995.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao Direito: volume II**. Porto Alegre: Fabris, 1995.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao Direito: volume III**. Porto Alegre: Fabris, 1995.